

DOI: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/9FPXA>

O reconhecimento da competência

Burocratização e legitimação profissional nas artes marciais e nos desportos de combate

Fernando Loio, PhD

Integrated Researcher at CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6760-1896>

Website: <https://fernandoloio.com>

Publicado originalmente em 17 de maio de 2026.

Versão pública arquivada na Open Science Framework (OSF).

DOI: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/9FPXA>

Resumo

As artes marciais e os desportos de combate constituem um dos campos mais diversos e complexos do fenómeno desportivo contemporâneo. Contudo, os atuais sistemas de formação e reconhecimento de treinadores tendem frequentemente a privilegiar modelos predominantemente administrativos de validação profissional, assentes em requisitos formais de certificação relativamente uniformizados.

Este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre os processos contemporâneos de reconhecimento da competência no contexto do treino desportivo, defendendo que o problema central não reside na existência de formação ou regulação, ambas fundamentais, mas na possibilidade de os mecanismos administrativos de certificação se sobreporem ao reconhecimento substantivo da competência efetivamente demonstrada ao longo da vida profissional.

Partindo de contributos teóricos de Max Weber, Pierre Bourdieu, Michel Foucault e António Nóvoa, argumenta-se que os atuais modelos de reconhecimento profissional tendem, em determinados contextos, a desvalorizar formas profundas de conhecimento experiencial, intervenção pedagógica prolongada e até formação académica avançada na área das Ciências do Desporto.

Palavras-chave

artes marciais; desportos de combate; certificação de treinadores; governação desportiva; burocratização; reconhecimento profissional; coaching; políticas desportivas

Introdução

As artes marciais e os desportos de combate nunca foram tão diversos como hoje. Coexistem modalidades olímpicas altamente regulamentadas, sistemas tradicionais de forte componente cultural e filosófica, disciplinas híbridas contemporâneas, contextos recreativos, práticas de self-defense e modelos competitivos altamente especializados.

Ao longo das últimas décadas, estas práticas desenvolveram-se significativamente em termos técnicos, pedagógicos e organizacionais. Contudo, esse desenvolvimento ocorreu frequentemente através de trajetórias profundamente experienciais, sustentadas por décadas de prática continuada, participação competitiva, intervenção pedagógica e transmissão intergeracional de conhecimento.

É precisamente neste contexto que emergem algumas das principais tensões contemporâneas relacionadas com os sistemas de formação e reconhecimento de treinadores.

Regular o treino desportivo é necessário. Garantir segurança, responsabilidade profissional, proteção dos praticantes e qualidade mínima constitui uma função legítima das políticas públicas do desporto.

O problema não reside, portanto, na existência de formação, qualificação ou certificação profissional.

A questão central emerge quando sistemas predominantemente administrativos tendem a sobrepor-se ao reconhecimento substantivo da competência efetivamente demonstrada ao longo da vida profissional.

Competência substantiva e legitimação administrativa

Uma das questões mais relevantes no debate contemporâneo sobre formação de treinadores relaciona-se com a própria definição de competência.

Será a competência determinada exclusivamente pelo cumprimento formal de determinados percursos administrativos de certificação?

Ou deverá igualmente incluir o reconhecimento de formas de conhecimento construídas ao longo de décadas de prática efetiva, experiência competitiva, intervenção pedagógica e contributo humano e social para o desenvolvimento desportivo?

Em determinados contextos, os atuais modelos de reconhecimento e formação de treinadores parecem desvalorizar formas de competência já amplamente demonstradas através da experiência profissional efetiva, da intervenção pedagógica continuada e até da própria formação académica avançada na área das Ciências do Desporto.

Torna-se difícil não questionar a coerência de sistemas em que indivíduos com décadas de prática, experiência competitiva relevante, contributos humanos e sociais significativos e formação superior especializada em ciências do desporto – incluindo licenciatura, mestrado ou doutoramento – continuam dependentes de processos adicionais de validação administrativa para obter reconhecimento institucional como treinadores.

Paradoxalmente, esse mesmo reconhecimento pode ser atribuído a indivíduos sem percurso comparável de experiência ou intervenção prática, desde que cumpram os requisitos formais definidos pelo sistema.

O problema não reside na valorização da formação. Pelo contrário, esta é indispensável. A questão central surge quando os mecanismos administrativos de certificação tendem a tornar-se mais relevantes do que a própria competência substantiva previamente demonstrada.

Racionalização burocrática e reconhecimento profissional

A reflexão de Max Weber sobre racionalização burocrática ajuda a compreender este fenómeno.

Segundo Weber, as sociedades modernas tendem progressivamente a privilegiar formas administrativas de organização baseadas em procedimentos formais, categorias

normalizadas, mecanismos padronizados de validação e critérios burocraticamente verificáveis.

Aplicada ao desporto, esta lógica conduz frequentemente à transformação da competência prática em categorias formalmente reconhecíveis: créditos, módulos, equivalências, certificados e enquadramentos administrativos.

Naturalmente, estes mecanismos possuem utilidade organizacional e regulatória. Contudo, o problema emerge quando os processos formais de legitimação passam progressivamente a substituir a avaliação contextual da competência efetivamente demonstrada.

Neste sentido, formas profundas de conhecimento experiencial podem tornar-se secundárias face à necessidade de conformidade administrativa.

Capital institucional e desvalorização da experiência

A análise de Pierre Bourdieu permite aprofundar ainda mais esta reflexão.

Segundo Bourdieu, as instituições não apenas reconhecem competência; elas definem socialmente aquilo que é considerado legítimo como competência.

No contexto do treino desportivo, isto significa que determinados sistemas de certificação podem transformar formas específicas de capital institucional em condição predominante de reconhecimento profissional.

Consequentemente, experiência acumulada ao longo de décadas, conhecimento tácito, intervenção pedagógica efetiva e contributos relevantes para o desenvolvimento humano e social podem perder centralidade quando não correspondem integralmente aos critérios administrativos dominantes.

A questão torna-se particularmente sensível nas artes marciais e nos desportos de combate, onde grande parte do conhecimento relevante é experiencial, contextual, corporal, relacional e adquirido em situações reais de prática.

Evidência empírica e competências do treinador

Resultados empíricos obtidos em investigação anterior sobre treinadores experts de desportos de combate evidenciaram que a formação académica na área do desporto contribui significativamente para uma perceção mais integrada, homogénea e reflexiva das competências do treinador (Loio, 2016).

Contudo, o mesmo estudo demonstrou igualmente que a experiência profissional prolongada e o percurso técnico-prático constituem fatores decisivos no desenvolvimento da competência efetiva, particularmente ao nível técnico-tático e da capacidade de adaptação contextual.

Os resultados revelaram ainda que treinadores com formação académica apresentavam maior capacidade de integração entre conhecimentos científico-pedagógicos e competências técnico-didáticas, enquanto a experiência prática prolongada se revelou igualmente fundamental para o domínio técnico, estratégico e relacional exigido pelas modalidades de combate.

Estes resultados sugerem que a competência do treinador dificilmente pode ser reduzida exclusivamente a processos administrativos formais de certificação.

A reflexão de António Nóvoa reforça esta perspetiva ao defender que a competência profissional não se constrói apenas pela acumulação formal de saberes, mas através de processos dinâmicos de reflexão crítica sobre a prática.

O caso português e os sistemas contemporâneos de certificação

No contexto português, esta problemática torna-se particularmente sensível no âmbito dos mecanismos de validação e Reconhecimento de Competências Profissionais e Académicas (RCPA).

Em teoria, estes mecanismos procuram reconhecer competências adquiridas através da experiência profissional efetiva, da intervenção pedagógica prolongada e da formação académica. Contudo, na prática, o processo tende frequentemente a depender de referenciais técnicos emitidos por entidades terceiras, nomeadamente pelas respetivas federações desportivas.

É precisamente neste ponto que emerge uma das principais contradições do sistema.

Quando os referenciais necessários não são emitidos pelas entidades federativas, o próprio mecanismo de reconhecimento torna-se, na prática, dificilmente exequível. Conseqüentemente, indivíduos com décadas de experiência profissional relevante, intervenção pedagógica continuada, contributos desportivos e sociais significativos e formação académica avançada podem continuar sem reconhecimento institucional efetivo das suas competências.

A questão torna-se particularmente sensível porque o reconhecimento profissional deixa, em certa medida, de depender exclusivamente da competência efetivamente demonstrada, passando igualmente a depender da atuação – ou da ausência de atuação – de entidades terceiras com interesses próprios no respetivo campo desportivo.

Torna-se particularmente difícil compreender a necessidade de referenciais adicionais para reconhecimento de competências em casos de indivíduos com experiência profissional amplamente comprovada, intervenção pedagógica prolongada, contributos relevantes para o desenvolvimento desportivo e formação académica avançada na área das Ciências do Desporto.

A questão adquire maior complexidade quando se observa que determinados profissionais com competências substancialmente demonstradas permanecem sem reconhecimento institucional equivalente, enquanto outros obtêm reconhecimento formal e progressão nos graus de treinador através do simples cumprimento administrativo dos requisitos previstos pelo sistema.

Naturalmente, a existência de critérios regulatórios e mecanismos de validação profissional é necessária. Contudo, importa refletir criticamente sobre até que ponto determinados modelos conseguem efetivamente distinguir conformidade administrativa de competência substantiva.

Quando o reconhecimento institucional deixa de refletir proporcionalmente a experiência, o mérito, a intervenção profissional e a qualificação académica

efetivamente demonstradas, emergem inevitavelmente percepções de incoerência, desproporcionalidade e injustiça no próprio sistema de reconhecimento profissional.

Importa igualmente refletir sobre até que ponto determinados modelos podem entrar em tensão com princípios fundamentais de igualdade, proporcionalidade, imparcialidade administrativa e livre acesso ao exercício profissional.

O desafio contemporâneo não parece residir apenas na necessidade de regular o exercício profissional do treinador, mas sobretudo na capacidade de os sistemas institucionais reconhecerem adequadamente formas de competência efetivamente construídas ao longo da experiência, da intervenção pedagógica e da qualificação acadêmica.

Governamentalidade e produção institucional da legitimidade

A reflexão de Michel Foucault sobre governamentalidade permite compreender que os sistemas modernos de certificação não apenas regulam comportamentos; produzem formas específicas de legitimidade profissional.

Ao definirem critérios formais de reconhecimento, estes sistemas contribuem para determinar quem pode ensinar, quem pode ser reconhecido e quais as formas de conhecimento consideradas válidas.

Neste processo, formas alternativas de competência podem tornar-se secundárias quando não correspondem plenamente aos critérios institucionais dominantes.

O resultado é um paradoxo significativo: sistemas concebidos para garantir qualidade e legitimidade podem simultaneamente desvalorizar precisamente formas profundas de competência previamente demonstradas ao longo da prática profissional.

Conclusão

As artes marciais e os desportos de combate constituem um campo profundamente complexo, experiencial e em permanente evolução.

Os atuais sistemas de formação e reconhecimento de treinadores representam esforços legítimos de organização, responsabilização e qualificação profissional. Contudo, importa refletir criticamente sobre a forma como a competência é efetivamente reconhecida.

O problema não reside na importância da formação ou da certificação.

O problema emerge quando mecanismos predominantemente administrativos tendem a sobrepor-se ao reconhecimento substantivo da competência efetivamente demonstrada ao longo da vida profissional.

Torna-se particularmente difícil compreender sistemas que parecem exigir validação adicional a indivíduos com décadas de prática, experiência competitiva relevante, intervenção pedagógica significativa e formação académica avançada em Ciências do Desporto, enquanto o mesmo reconhecimento pode ser atribuído a indivíduos sem percurso comparável de experiência prática.

Regular continua a ser necessário.

Mas reconhecer competência não deveria significar ignorar a experiência, o mérito e o conhecimento efetivamente construídos ao longo da vida profissional.

Referências

Bourdieu, P. (1990). *The logic of practice*. Stanford University Press.

Bourdieu, P. (1993). *Sociology in question*. Sage.

Foucault, M. (1977). *Discipline and punish*. Pantheon.

Foucault, M. (1991). *Governmentality*. In G. Burchell, C. Gordon & P. Miller (Eds.), *The Foucault effect* (pp. 87–104). University of Chicago Press.

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2020). *Programa nacional de formação de treinadores*. IPDJ. <https://ipdj.gov.pt/programa-nacional-de-formacao-de-treinadores>

Loio, F. (2016). Perceção sobre as competências do treinador de desportos de combate: Análise comparativa da autoperceção entre treinadores expert, em função da formação académica na área do desporto, e a perceção por parte dos atletas (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico da Guarda – Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.
<https://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2279>

Nóvoa, A. (1992). Os professores e a sua formação. Dom Quixote.

Weber, M. (1978). Economy and society. University of California Press.

Nota biográfica

Fernando Loio é doutorado em Ciências do Desporto, investigador integrado no CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida e autor de investigação na área do treino desportivo, artes marciais e desportos de combate. Possui mais de 50 anos de experiência nas artes marciais e desportos de combate, como atleta, treinador, promotor de eventos e dirigente. Tem ligação a diversas organizações nacionais e internacionais de Boxe, Taekwondo, Ultimate Full Contact, Pankration, MMA, Free Fight, Kickboxing, Muay Thai e Grappling.

Copyright and License

© Fernando Loio, 2026.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License (CC BY-NC 4.0).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>